

Assunto: Metodologia de cálculo do Indicador de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social – IDConselho

1 – Introdução

Esta Nota Técnica apresenta a metodologia de cálculo do **Indicador de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social – IDConselho**, com descrição da metodologia de construção do indicador e apresentação dos resultados para os anos de 2015 e 2016.

O IDConselho oferece aos conselheiros, gestores e técnicos da assistência social uma ferramenta simples e fácil de compreender, e que permite identificar a direção sugerida para o processo de aprimoramento da qualidade dos Conselhos, nesta trajetória de contínua busca da melhoria do SUAS.

A Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) vem construindo indicadores de desenvolvimento no âmbito do SUAS desde 2007, com a criação do IDCRAS, que cumpriu importante papel de avaliar o desenvolvimento dessas unidades e nortear os avanços de estruturação da Proteção Social Básica.

A partir da ênfase dada aos processos de monitoramento e avaliação pela NOB SUAS 2012, a SNAS iniciou o processo de revisão do ID CRAS e de criação de outros indicadores de qualidade do SUAS. Assim, em 2014 foi criado o IDCREAS e o novo IDCRAS, incorporando aprimoramentos metodológicos em relação ao Indicador anterior.

O IDConselho foi criado no ano seguinte, estruturado como um indicador sintético, ou seja, formado por uma composição de variáveis para aferir o desenvolvimento dos Conselhos de Assistência Social.

O IDConselho é composto por três dimensões, e para fundamentar a construção do Indicador e escolher as variáveis mais adequadas para medir o desenvolvimento dos Conselhos, a SNAS utilizou normativas (como as Resoluções da CIT e do CNAS) e orientações técnicas (do MDS e de outros órgãos, como o Tribunal de Contas da União) que auxiliaram a construir uma gradação de requisitos em cada dimensão.

A metodologia do IDConselho e os primeiros resultados foram submetidos à apreciação da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) em dezembro de 2015 e novamente em dezembro de 2016.

2 - Metodologia

De maneira similar ao IDCRAS e ao IDCREAS, o IDConselho foi construído de forma a agrupar as variáveis em três dimensões:

- I - Estrutura administrativa,
- II - Dinâmica de funcionamento; e
- III - Composição do Conselho.

Cada dimensão varia entre 1 (menor desenvolvimento) e 5 (maior desenvolvimento), e as informações que as compõem são extraídas dos questionários coletados no Censo SUAS.

O IDConselho final será igual à média do resultado das três dimensões:

$$IDConselho = \frac{(Estrutura Administrativa + Dinâmica de funcionamento + Composição do Conselho)}{3}$$

A seguir, apresentamos os requisitos para a classificação em cada um dos níveis, para cada dimensão.

I - DIMENSÃO ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Nível	Requisitos	
5	<ul style="list-style-type: none"> • Possui previsão de recursos específicos na Lei Orçamentária Anual; • Utiliza para as despesas de seu funcionamento o mínimo de 3% do IGD • Uma ou mais salas de uso exclusivo • Possui Secretaria Executiva 	
	<i>Grande Porte e Metrópole</i>	<i>Pequeno Porte I, Pequeno II e Médio</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • Kit equipamento (veículo exclusivo ou compartilhado; mais de um computador conectado a internet) • Telefone de uso exclusivo do Conselho • O Secretário Executivo é exclusivo do Conselho de Assistência Social; 	<ul style="list-style-type: none"> • Kit equipamento (veículo exclusivo ou compartilhado; mais de um computador conectado a internet) • Telefone de uso exclusivo OU compartilhado
4	<ul style="list-style-type: none"> • Possui previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual OU Utiliza para as despesas de seu funcionamento o mínimo de 3% do IGD • Possui Secretaria Executiva • Mais de um computador conectado a internet • Telefone de uso exclusivo OU compartilhado • Uma ou mais salas de uso exclusivo 	
3	<ul style="list-style-type: none"> • Possui previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual OU Utiliza para as despesas de seu funcionamento o mínimo de 3% do IGD • Possui Secretaria Executiva • Mais de um computador conectado a internet • Telefone de uso exclusivo OU compartilhado • Uma ou mais salas de uso exclusivo OU compartilhado 	
2	<ul style="list-style-type: none"> • Possui previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual OU Utiliza para as despesas de seu funcionamento o mínimo de 3% do IGD • Uma ou mais salas de uso exclusivo OU compartilhado • Possui Secretaria Executiva 	
1	<ul style="list-style-type: none"> • NÃO possui previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual OU • NÃO utiliza para as despesas de seu funcionamento o mínimo de 3% do IGD OU • NÃO possui sala (exclusiva ou compartilhada) OU • NÃO possui Secretaria Executiva 	

II - DIMENSÃO DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Nível	Requisitos
5	<ul style="list-style-type: none">• Realizou 10 ou mais reuniões plenárias no ano anterior (ordinárias e extraordinárias)• Possui Regimento Interno• Deliberou sobre o orçamento do executivo• Deliberou sobre o Plano de Assistência Social• É instância de Controle Social do Bolsa Família• Acompanha o cumprimento de deliberações da Conferência Municipal• Fiscaliza os serviços, programas e projetos da rede pública e privada (OU fiscaliza somente a rede pública quando não existe rede privada)• Realiza reuniões/ações de mobilização ou descentralizadas ou ampliadas
4	<ul style="list-style-type: none">• Realizou 8 ou mais reuniões plenárias no ano anterior (ordinárias e extraordinárias)• Possui Regimento Interno• Deliberou sobre o orçamento do executivo• Deliberou sobre o Plano de Assistência Social• É instância de Controle Social do Bolsa Família• Acompanha o cumprimento de deliberações da Conferência Municipal
3	<ul style="list-style-type: none">• Realizou 6 ou mais reuniões plenárias no ano anterior (ordinárias e extraordinárias)• Possui Regimento Interno• Deliberou sobre o Plano de Assistência Social• Acompanha o cumprimento de deliberações da Conferência Municipal
2	<ul style="list-style-type: none">• Realizou 6 ou mais reuniões plenárias no ano anterior (ordinárias e extraordinárias)• Deliberou sobre o Plano de Assistência Social
1	<ul style="list-style-type: none">• Realizou 6 ou mais reuniões plenárias no ano anterior (ordinárias e extraordinárias) OU• NÃO deliberou sobre o Plano de Assistência Social

III – DIMENSÃO COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Nível	Requisitos	
5	<i>Grande Porte e Metrópole</i>	<i>Pequeno Porte I, Pequeno II e Médio</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 10 conselheiros titulares; 	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 8 conselheiros titulares;
	<ul style="list-style-type: none"> • Representantes da sociedade civil eleitos por assembleias constituídas para esse fim; • Presena de pelo menos um conselheiro titular representante de usuários ou organizaa �o de usuários; • Presena de pelo menos um conselheiro titular representante de trabalhadores do setor; • Alternância na presidência entre os representantes de governo e os representantes da sociedade civil; • Presidente e Vice-Presidente eleitos em plenária; • Conselheiro pode ser reconduzido uma única vez; • Representaa �o governamental da área de assistência, saúde e educaa �o; 	
4	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 6 conselheiros titulares; • Representantes da sociedade civil eleitos por assembleias constituídas para esse fim; • Presena de pelo menos um conselheiro titular representante de usuários ou organizaa �o de usuários; • Presena de pelo menos um conselheiro titular representante de trabalhadores do setor; • Alternância na presidência entre os representantes de governo e os representantes da sociedade civil; • Presidente e Vice-Presidente eleitos em plenária; • Conselheiro pode ser reconduzido uma única vez; 	
3	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 6 conselheiros titulares; • Presena de pelo menos um conselheiro titular representante de usuários ou organizaa �o de usuários; • Presena de pelo menos um conselheiro titular representante de trabalhadores do setor; • Altern�ncia na presid�ncia entre os representantes de governo e os representantes da sociedade civil; 	
2	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 6 conselheiros titulares; • Presena de pelo menos um conselheiro titular representante de usu�rios ou organizaa �o de usu�rios; • Altern�ncia na presid�ncia entre os representantes de governo e os representantes da sociedade civil; 	
1	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir menos de 6 conselheiros titulares; OU • NÃO possuir conselheiros titulares representantes de usuários nem de organizaa �o de usuários; OU • NÃO possuir alternância na presidência entre os representantes de governo e os representantes da sociedade civil; 	

3 – Resultados

O quadro abaixo exibe o número e o percentual de Conselhos Municipais, segundo o nível alcançado (IDConselho). A distribuição dos IDs se assemelha a uma curva normal (cf. o gráfico 1), com ligeira assimetria à esquerda: assim, 30% dos Conselhos possuem ID 2 ou inferior, enquanto que apenas 10% possuem ID 4 ou superior.

Quadro 1 - Distribuição do IDConselho

Nível	Frequência	Percentual
1	134	2,5%
1,33	320	6,0%
1,67	500	9,3%
2	680	12,7%
2,33	694	13,0%
2,67	752	14,0%
3	667	12,4%
3,33	661	12,3%
3,67	391	7,3%
4	265	4,9%
4,33	168	3,1%
4,67	91	1,7%
5	36	0,7%
Total	5359	100%

Gráfico 1 - Distribuição do IDConselho e Curva Normal

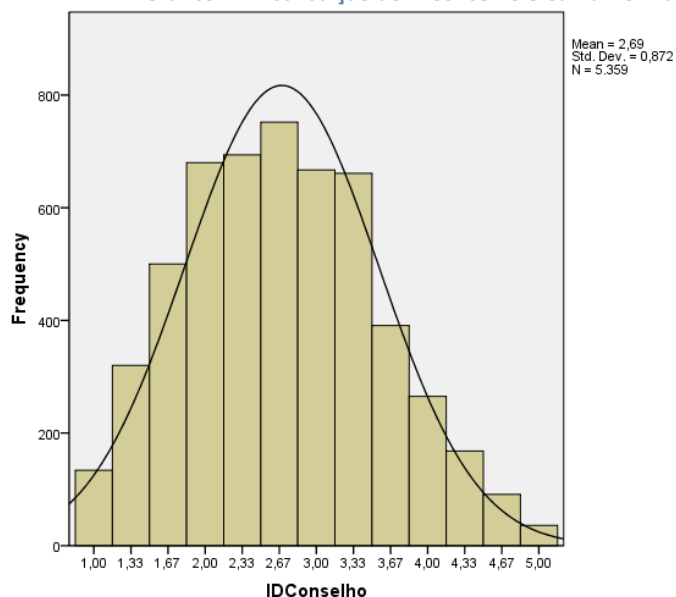
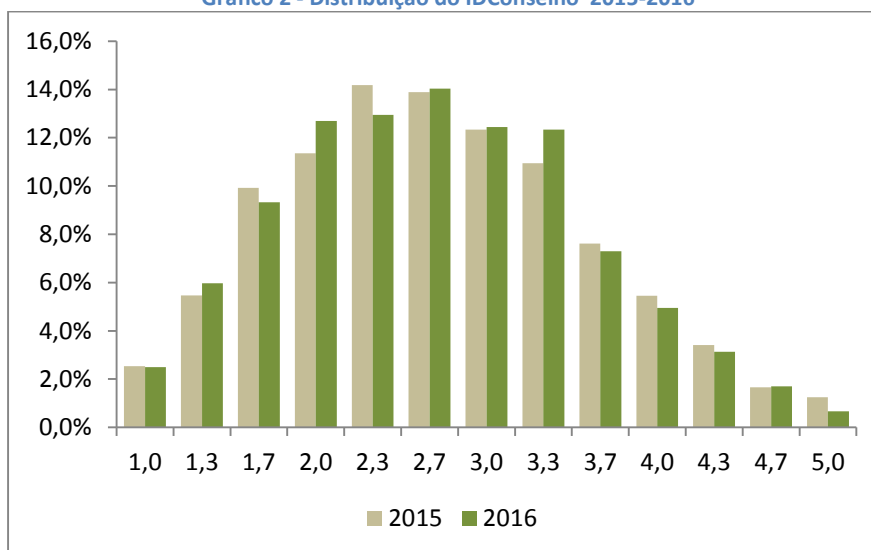


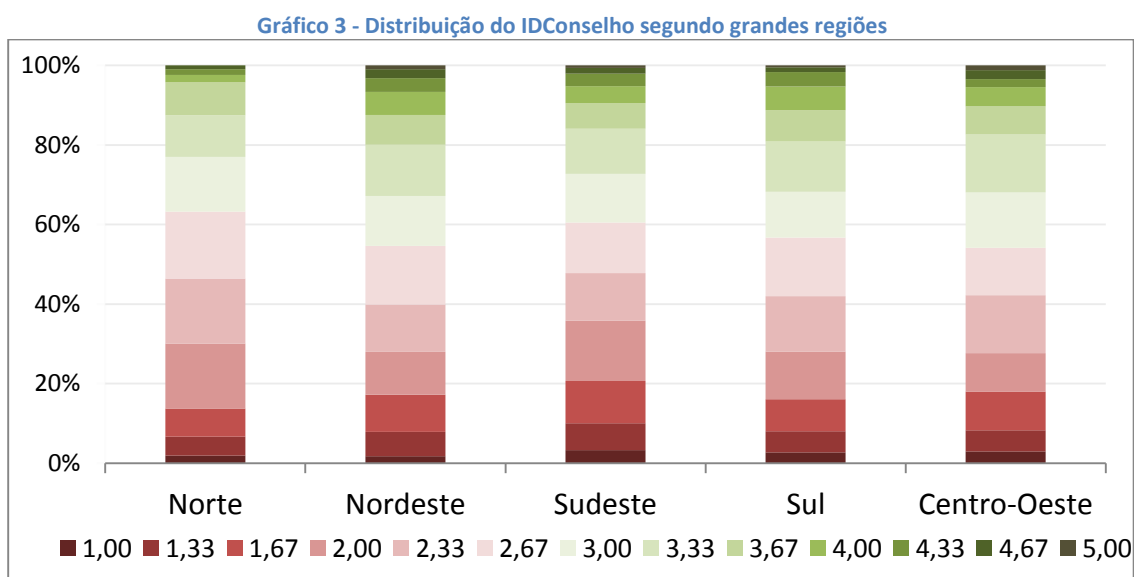
Gráfico 2 - Distribuição do IDConselho 2015-2016



Comparado com o ano anterior, não houve evolução significativa na distribuição do IDConselho em 2016, conforme o gráfico 2. Dessa forma, para garantir o

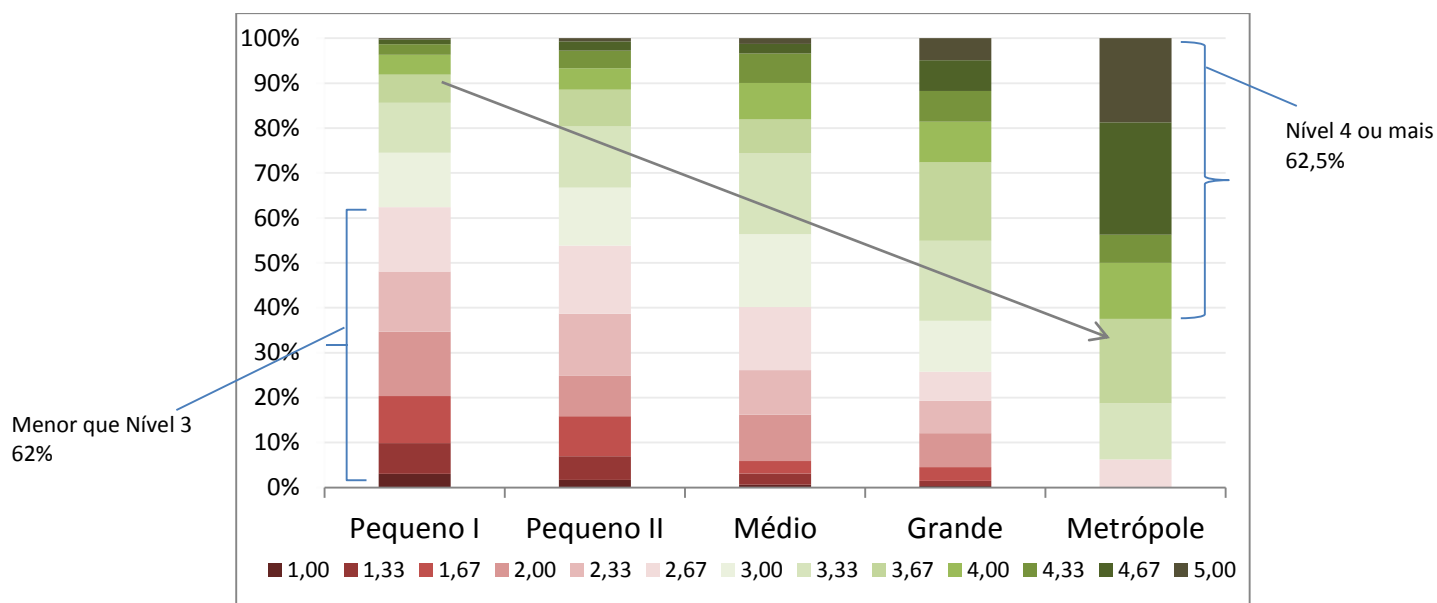
aprimoramento dos conselhos, é necessário o esforço conjunto dos três entes federados (governo federal, estados e municípios).

Quando analisamos a distribuição do IDConselho por grandes regiões (gráfico 3), as diferenças não são significativas, sendo ligeiramente superior nas regiões Centro Oeste e Nordeste (cerca de 45% dos Conselhos com ID igual ou maior que 3) e ligeiramente inferior nas regiões Sudeste e Norte (cerca de 39% e 37% dos Conselhos com ID igual ou maior que 3, respectivamente).



Entretanto, quando analisamos a distribuição por porte, verificamos que os municípios de maior porte obtiveram resultados muito melhores no IDConselho. Entre as metrópoles, por exemplo, apenas um Conselho teve seu ID abaixo de 3, e 62,5% estavam no nível 4 ou superior. Já entre os municípios de pequeno porte I, 62% estavam abaixo do nível 3, e quase 35% estavam no nível 2 ou abaixo.

Gráfico 4 - Distribuição do IDConselho segundo porte do município



4 – Fontes consultadas

Resolução CNAS nº 237/2006 (Diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social);

Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal do SUAS (Resoluções CNAS nº18 de 15 de julho de 2013);

Resolução CIT nº 32 (Pacto de Aprimoramento SUAS) de 31 de outubro de 2013 (revisão das prioridades e metas específicas para a gestão estadual e do Distrito Federal e os compromissos do governo federal);

Cartilha do TCU - Orientações aos Conselhos de Assistência Social; TCU, Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social, 2013.

Caderno de orientação do CNAS do processo eleitoral dos representantes da sociedade civil nos Conselhos;

Caderno de Orientações sobre o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS;

Orientações gerais do Conselho Nacional de Assistência Social para a adequação da Lei de criação dos Conselhos às normativas vigentes e ao exercício do controle social no SUAS;

Orientações conjuntas sobre os índices de gestão descentralizada do programa bolsa família (IGD-PBF) e do SUAS (IGDSUAS)

Orientações aos Conselhos Estaduais de Assistência Social para criação e implantação da comissão de acompanhamento aos Conselhos Municipais; produzidos pelo Ministério para orientação dos Conselhos.